ATA DA 42ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Ata da 42ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em 08 de maio de 2015, à 13h30, na Sala de Reuniões da Presidência, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola, presentes os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista Ferreira da Silva, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto do CEJUSC/Brasília Doutor Ricardo Faustini Baglioli, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Doutor André Vinícius Espírito Santo de Almeida, a Senhora Assessora da Procuradoria-Geral de Justiça do MPDFT Doutora Gabriela Badaró, o Excelentíssimo Senhor Procurador do Distrito Federal na Procuradoria-Geral do Distrito Federal Doutor Alexandre Moraes Pereira, a Senhora Defensora Pública Sandra Aparecida Dohler Ferreira, a Senhora Conselheira Hellen Falcão, representante da OAB/DF, o Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico Doutor Declieux Dias Dantas e a Senhora Coordenadora da COSIST Doutora Kátia de Souza Prates. Ausentes, justificadamente, a Excelentíssima Senhora Juíza Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutora Marilza Neves Gebrim e o Senhor Secretário-Geral Doutor Celso de Oliveira e Sousa Neto. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola abriu os trabalhos, submetendo à apreciação dos membros do Comitê, o **primeiro item da pauta: Aprovação da Ata da 41ª Reunião do Comitê Gestor realizada em 30 de abril de 2015**: não havendo impugnação, declarou a ata aprovada. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Comitê Gestor informou que esteve em reunião sobre o Escritório Virtual, no Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o Ministro Ricardo Lewandowski mencionou que para avançarmos no Processo Judicial Eletrônico é preciso contar com a participação de todos os envolvidos, Tribunais, OAB, MPU, segundo destacou não é possível fazer nada com imposição, a colaboração de todos é fundamental na construção do PJE. Foi destacado que o nosso Tribunal está se saindo muito bem nos avanços com o PJE. O Presidente do Comitê Gestor enfatizou que atribui esse sucesso a participação do MPDFT, OAB/DF, Defensoria e Procuradoria, temos ouvido as aspirações e procurado atender, na medida do possível. Também foi relatado que há grande dificuldade na implantação do sistema nas cidades mais longínquas e que para tanto, será necessário acionar o Ministério das Comunicações ou até a própria Presidência da República, para cumprir as propostas. Na sequência, passou-se ao **segundo item da pauta: Infraestrutura: Sala de Atendimento aos advogados e partes – Fórum Desembargador José Manoel Coelho - Fórum de Ceilândia.** Com a palavra, o Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico informou que foi feita a apresentação do sistema aos magistrados e servidores do Fórum de Ceilândia e que no período de 14/05 a 28/05, acontecerá o treinamento dos magistrados

e servidores. Foi informado que a equipe para Ceilândia ainda não foi liberada e que estamos aguardando o aporte de servidores. Para Taguatinga, o aporte de servidores será feito através de permuta por ocasião da posse de novos servidores. O Senhor Presidente do Comitê Gestor questionou sobre a Sala de Atendimento e foi informado pelo Senhor Secretário do PJE que a Sala de Atendimento do Fórum de Ceilândia tem excelente espaço e localização, a equipe da SETEC está resolvendo os problemas de instalação da rede, pois o Tribunal continua sem contrato para o pessoal de rede. Na ocasião, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê informou que a Administração está analisando a questão da Sala de Atendimento em Taguatinga, mas tem esbarrado na questão da falta de espaço naquele Fórum. Conforme expôs, a sala não ficou boa mas ainda não há uma solução. Foi sugerido, provisoriamente, a instalação de um anexo móvel. Também foi sugerido pela Senhora Conselheira da OAB/DF que o layout dos cartórios seja revisto e reaproveitado o espaço físico, já que com a implantação do PJE, existe uma tendência a diminuir o espaço dos cartórios. Na ocasião, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista mencionou que o espaço físico utilizado para as Varas no Fórum de Taguatinga já é bastante reduzido e portanto, dificilmente, haverá como atendermos desta forma. Na sequência, o Presidente do Comitê Gestor questionou se foi atendida a questão da Doutora Sandra Reves, quanto aos processos da distribuição. O Senhor Secretário do PJE informou que o fluxo das Turmas Recursais foi alterado e foi incluído no fluxo das Turmas Recursais a tarefa “análise do processo distribuído” para que o processo distribuído seja analisado e caso tenha prevenção a um relator, os servidores do SERDIT – Serviço de Distribuição das Turmas Recursais possam realizar a redistribuição do processo prevento ao relator. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista entregou ao Presidente do Comitê o Ofício 1078/GC, que trata do levantamento completo das manifestações dos Juízes Titulares e Substitutos, bem como dos Diretores de Secretaria e seus Substitutos, que atuam nos Juizados Especiais Cíveis de Brasília, Taguatinga e nos Juizados de Fazenda Pública, em resposta ao Ofício Circular GC 63, o qual solicitou levantamento sobre as condições do parque tecnológico do juízo (máquinas), como também levantamento sobre eventuais problemas encontrados no desempenho do sistema (PJE e a praticidade do trabalho). O Presidente do Comitê Gestor ressaltou a importância dessas informações para que possamos nos empenhar em melhorar a infraestrutura dos fóruns bem como para eliminar as deficiências que temos hoje. Na ocasião, determinou que uma cópia do documento seja entregue ao Senhor Secretário do PJE e outra cópia seja arquivada no Comitê. Dando prosseguimento a reunião, a Senhora Conselheira da OAB/DF solicitou que seja disponibilizado no site do PJE passo a passo para a instalação do JAVA, pois há muitas reclamações dos advogados, em razão de não conseguirem acessar o PJE pelo Google Chrome. O Senhor Secretário do PJE informou que disponibilizará essa informação e mencionou que a orientação geral é para que os usuários e advogados utilizem o Mozila.

Em seguida, a Excelentíssima Senhora Defensora Pública Sandra Dohler informou que no dia 07/05 não conseguiu acessar o PJE e foi informado que o sistema não esteve indisponível nesse dia e que para comprovar essa indisponibilidade é necessário fazer um *print* da tela. Na sequência, a Senhora Conselheira da OAB/DF Hellen Falcão informou que o PJE está com um grave problema, pois através do site "Escavador" é possível acessar informações dos processos com segredo de justiça. A Senhora Conselheira informou que já relatou o fato ao Conselho Nacional de Justiça e foi informada que é uma questão legal. A Senhora Coordenadora da COSIST Doutora Kátia Prates sugeriu que essa empresa pode ter solicitado essas informações ao Tribunal, com base na Lei de Acesso à Informação ou pode estar se utilizando das portas de fragilidade do sistema para acessar esses dados. O Senhor Presidente do Comitê Gestor enfatizou que teremos que verificar essas possibilidades e solicitou ao Excelentíssimo Senhor Procurador do MPDFT Doutor André Vinícius, que nos ajude nessa tarefa relativa a investigação da divulgação desses dados. Na sequência, a Conselheira Hellen Falcão agradeceu a publicação da Portaria Conjunta n. 41/2015, que altera o caput do artigo 9º da Portaria Conjunta n. 53/2014, regulamentando a questão da indisponibilidade do sistema quando o sítio do TJDFT estiver indisponível. Em seguida, a Senhora Conselheira da OAB/DF informou que tem recebido reclamações de advogados que protocolam vários documentos ao mesmo tempo todos assinados e por uma inconsistência do sistema, algum desses documentos fica sem a assinatura. O Senhor Secretário do PJE informou que esse erro pode acontecer eventualmente, por algum problema de lentidão no sistema, mas não é frequente. Esse erro decorre de inconsistência para os documentos que estão assinados mas que estão com o cadeado aberto. Todavia, a Senhora Conselheira insistiu para que os magistrados sejam alertados quanto a possibilidade de ocorrência desse erro, não por responsabilidade do advogado, mas por erro no sistema, não podendo incorrer em prejuízo para o advogado. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola propôs que seja encaminhado um ofício aos magistrados alertando sobre essa possibilidade e também um alerta na tela do PJE. O Senhor Secretário do PJE informou que irá verificar e providenciará o aviso aos magistrados. Em seguida, a Senhora Defensora Pública Sandra Dohler informou que quando anexa o documento e assina, não aparece recibo nenhum e que nos sites do Superior Tribunal de Justiça - STJ e Supremo Tribunal Federal - STF é possível receber um recibo para assinar ou salvar o documento, logo depois de salvar a intermediária. O Senhor Secretário do PJE informou que encaminhará ao CNJ, o pedido para que o sistema emita um recibo no ato do protocolo da petição intermediária. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor agendou a 43ª Reunião para o dia 15/05/ 2015, sexta-feira, às 13h30, ocasião em que mencionou que nesse dia não poderá presidir a reunião e que o MM Juiz Assistente da Presidência Doutor Eduardo Rosas irá presidir a sessão. Exaurida a pauta e não havendo outras deliberações por parte dos presentes, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor encerrou a

sessão, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade segue assinada por todos os presentes.

Desembargador FLÁVIO ROSTIROLA
Presidente do Comitê Gestor do PJE

MÁRCIO EVANGELISTA FERREIRA DA SILVA
Juiz Assistente da Corregedoria

RICARDO FAUSTINI BAGLIOLI
Juiz de Direito Substituto do CEJUSC/Brasília

ALEXANDRE MORAES PEREIRA
Procurador-Chefe do Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do DF

SANDRA APARECIDA DOHLER FERREIRA
Defensora Pública da Defensoria Pública do DF

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA
Conselheira da OAB/DF

GABRIELA BADARÓ
Assessora do Procurador-Geral de Justiça do MPDFT

HELLEN FALCÃO
Conselheira da OAB/DF

KÁTIA DE SOUZA PRATES
Coordenadora COSIST

DECLIEUX DIAS DANTAS
Secretário do Processo Judicial Eletrônico